

O mito da modicidade tarifária¹

Joisa Dutra²

Tanto na [energia](#) quanto no [saneamento](#), queremos [acesso universal](#), tarifas acessíveis, resiliência climática, previsibilidade regulatória e retorno ao investidor. Todos esses objetivos são legítimos, mas fingimos que podem ser alcançados simultaneamente, sem escolhas difíceis e sem reformas profundas.

O resultado é um sistema paralisado por contradições. Um recente [relatório](#) do Reino Unido, elaborado pela Comissão Independente da Água e presidido por Sir Jon Cunliffe, expõe esse impasse com clareza rara: para garantir serviços de qualidade, acesso universal e resiliência, será preciso abandonar a ilusão da tarifa baixa como valor absoluto.

Cano de água e esgoto aberto na calçada da Comunidade Vila Pantanal, na cidade de Santos. Moradores sofrem com a falta de infraestrutura e saneamento básico

Publicado em 21 de julho, o documento propõe um "reset" completo na indústria de água e esgoto da Inglaterra e do País de Gales. Com 88 recomendações e um diagnóstico contundente, reconhece que os serviços estão deteriorados, os investimentos são insuficientes, a confiança pública foi abalada —e que a arquitetura institucional vigente, incluindo o próprio regulador OFWAT, não está mais à altura dos desafios. Uma das propostas mais emblemáticas é justamente a extinção do órgão regulador, para permitir um redesenho institucional mais eficiente e legítimo, com foco em planejamento estratégico, coordenação federativa e clareza nas atribuições.

Essa revisão estrutural ganha ainda mais relevância ao lembrarmos que o modelo britânico —com privatizações, agências reguladoras independentes e foco em eficiência— inspirou reformas em diversos países, incluindo o Brasil. Ao revisar suas próprias fundações, o Reino Unido lança luz sobre dilemas enfrentados por quem seguiu o mesmo caminho no setor de infraestrutura: escassez de investimentos, perda de confiança e pressões sobre instituições que envelheceram mal.

No Brasil, não faltam instituições dedicadas ao planejamento. No setor elétrico, por exemplo, a [Empresa de Pesquisa Energética \(EPE\)](#) é responsável pelo planejamento indicativo. O que falta, porém, é uma política clara e uma abordagem integrada que articule, de forma coordenada, as dimensões setorial, ambiental e econômica. A ausência dessa visão transversal —que conecte, por exemplo, os planos de expansão energética às [metas de descarbonização](#), às políticas tarifárias e aos objetivos de universalização e equidade— mina a confiança dos investidores e compromete a

¹ Artigo publicado pela Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joisa-dutra/2025/07/o-mito-da-modicidade-tarifaria.shtml>

Acessado em 30.07.2025

² Diretora do FGV-Ceri (Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV), foi diretora da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e professora visitante na Harvard Kennedy School

efetividade das políticas públicas.

A regulação econômica também precisa ser revista. Faltam mecanismos de reajuste e revisão tarifária que assegurem previsibilidade, reduzam a volatilidade dos retornos e alinhem melhor os incentivos em um ambiente em transformação. As agências reguladoras seguem vulneráveis, com autonomia limitada e orçamentos condicionados ao humor político. A instabilidade afasta investimentos e reduz a capacidade de resposta institucional.

O recado mais político do relatório britânico é também o mais necessário: é insustentável a estratégia de governos que clamam por investimentos vultosos e, ao mesmo tempo, insistem em manter tarifas artificialmente baixas. Essa incoerência eleva o custo de capital, distorce os sinais econômicos e compromete a sustentabilidade do sistema. No Brasil, a MP 1300/25 reformula a [tarifa social de energia](#) reafirmando um modelo de subsídios cruzados já esgotado —que transfere custos aos demais usuários e mina a previsibilidade necessária aos investimentos.

Some-se a isso a promessa de novos subsídios ao gás de cozinha, que apenas ampliam as distorções. A incerteza cresce, e os projetos essenciais à infraestrutura do futuro são adiados ou cancelados.

A mensagem da Comissão Independente da Água vai além da proposta de extinguir um regulador. Ela aponta para a urgência de reconstruir a confiança institucional e social no setor. Isso exige reformas estruturais, coerência política e clareza: não é possível entregar tudo ao mesmo tempo —tarifas baixas, serviços universais, resiliência climática e retorno ao investidor— sem admitir os custos e assumir as escolhas.

No Brasil, para viabilizar os R\$ 3,2 trilhões de [investimentos em energia](#) —sendo R\$ 600 bilhões no setor elétrico até 2034— e os cerca de R\$ 700 bilhões necessários para universalizar o saneamento até 2040, é hora de reconhecer que a retórica da tarifa baixa como fim em si não é compatível com a infraestrutura moderna, resiliente e descarbonizada que precisamos construir. Afinal, não se chega a lugar nenhum quando se insiste em negar o ponto de partida —ou os custos da jornada.